Renovias Concessionária S.A.

CNPJ/MF nº 02.417.464/0001-23

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Finalizando 2017, a empresa relata as ações executadas e projetos desenvolvidos durante o ano. A concessionária registrou acréscimo de 1,1% em relação ao ano de 2016 no fluxo de veículos equivalentes nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos alcançaram R$ 45,1 milhões, permitindo atender o cronograma aprovado junto à Artesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Informamos a seguir os principais serviços que foram executados. Entre as ações de engenharia, a concessionária realizou ao longo da malha viária a recuperação de pavimento em uma extensão de 84 quilômetros. Foram implantados dois quilômetros de defensas metálicas. Foram recuperados 77.222 m² de faixas horizontais, implantadas 69.667 novas tachas refletivas e instaladas 407 unidades de placas, além da recuperação de 111 obras de arte especiais. Os investimentos nestes serviços de conservação especial totalizaram R$ 38,3 milhões. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram R$ 5,4 milhões. A frota de veículos teve renovação, com a substituição de oito inspeções de tráfego. O Sistema de Ajuda ao Usuário realizou as seguintes quantidades de atendimentos durante o ano: inspeções de tráfego - 15.838; socorros mecânicos - 24.888; serviços de guincho - 16.271; primeiros socorros - 1.942 e serviços de irrigadeira - 1.663. Como destaque financeiro, a concessionária realizou no mês de junho a terceira emissão de debêntures no valor total de R$ 100 milhões. Ao longo do ano, foram distribuídos aos acionistas dividendos no montante de R$ 235 milhões, devidamente aprovados em RCA (Reunião do Conselho da Administração), da seguinte forma: 24 de março de 2017 - R$ 35 milhões de dividendos mínimos obrigatórios de 2016; 28 de abril de 2017 - R$ 15 milhões de dividendos adicionais propostos de 2016; 26 de maio de 2017 - R$ 20 milhões de dividendos adicionais propostos de 2016; 07 de julho de 2017 - R$ 105 milhões de dividendos e reserva de lucros de 2016; 23 de outubro de 2017 - R$ 60 milhões de dividendos intermediários de 2017. A Renovias acredita nas pessoas, na sua capacidade criativa e transformadora, na força do trabalho em equipe, somando contribuições para o desenvolvimento dos colaboradores e da empresa e na nobreza do espírito de servir. Alicerçada nestes valores, a companhia através de sua política de gestão de pessoas com foco na plena satisfação dos usuários como principal forma de obter a sustentabilidade do negócio, atuou no desenvolvimento de seus colaboradores, proporcionando a capacitação de 478 profissionais. Diversos treinamentos foram realizados ao longo do ano, com os seguintes destaques: Programa de Integridade e Conformidade, Programa de Metas Individuais - PMI (disseminação aos colaboradores sobre acompanhamento e feedback do plano de metas para o ano), Workshop Gestão de Pessoas para líderes e analistas, bem como cursos para as equipes operacionais sobre Brigada de Incêndio, Direção Defensiva e Combate a Incêndio. Várias iniciativas também foram promovidas para orientar e conscientizar os usuários das rodovias administradas pela concessionária. Durante o Maio Amarelo, foram implantadas nove faixas-banner na SP-340, no trecho entre Jaguariúna e Mogi Guaçu. O material alerta para o risco de colisões traseiras, orientando os usuários das rodovias a respeitar os limites de velocidade e, especialmente, manter distância segura entre os veículos. Para marcar a Semana Nacional de Trânsito, em setembro, a Renovias desenvolveu nova campanha de segurança, com implantação de 18 faixas-banner em locais com maior fluxo de veículos e incidência de ocorrências. Todas as faixas implantadas ao longo do ano foram produzidas com material refletivo, o que torna as mensagens visíveis pelos motoristas também à noite. Durante todo o ano a empresa também promoveu uma ampla campanha de segurança para reforçar a importância do uso do cinto de segurança por todos os ocupantes dos veículos. Foram realizadas ações principalmente nos feriados prolongados com distribuição de 100 mil folhetos contendo orientações aos motoristas. Também foi utilizado em todas as praças de pedágio um inflável com mensagem de alerta sobre o uso do cinto de segurança. Durante a Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, foi realizado atendimento a 781 motoristas em três etapas durante 2017. A Campanha já promoveu quase 22 mil consultas desde que foi iniciada em 2002. São oferecidos gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias, bem como são realizados eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. Palestras sobre segurança no trânsito e cursos de primeiros socorros foram promovidos pelos profissionais de Tráfego e Atendimento Pré-hospitalar para profissionais de diversas empresas da região, bem como simulados e treinamentos com a participação de outras equipes de socorro e resgate, como Corpo de Bombeiros, SAMU e Polícia Militar Rodoviária. Os profissionais da concessionária também estiveram em diversas escolas e faculdades para orientar e compartilhar seus conhecimentos com os estudantes. Outras atividades foram realizadas em prol das comunidades abrangidas pela malha viária da concessionária. A Renovias repassou em 2017 R$ 2,4 milhões para projetos e entidades assistenciais. Os aportes foram realizados por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. Aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente de Águas da Prata, Aguaí, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itobi, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, São José do Rio Pardo e Vargem Grande do Sul foram destinados R$ 350 mil. Aos Fundos Municipais do Idoso, foram doados R$ 350 mil, distribuídos entre Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mogi Mirim, Mococa e São José do Rio Pardo. Pela Lei de Incentivo à Cultura, a concessionária patrocinou diversos projetos, dentre eles três peças de teatro produzidas pela Companhia de Teatro Parafernália, de Mogi Guaçu. O espetáculo Ir e Vir sem Colidir aborda educação no trânsito. A peça O Casamento de Rosinha foca a consciência sobre a preservação dos recursos naturais. Uma novidade é a peça A Mágica Carruagem de Inácio, que explora a inclusão social e acessibilidade. São 16 encenações em cada tema, totalizando 48 apresentações para crianças em escolas e teatros da região. O investimento foi de R$ 420 mil. Desde 2013, quando a concessionária iniciou o patrocínio da companhia de teatro, mais de 52 mil crianças já assistiram às peças. Dois novos projetos também receberam aportes. O primeiro deles é o Cinejazz, que consiste em um espetáculo que reúne música, dança e poesia, tendo como inspiração os grandes clássicos do cinema. O aporte foi de R$ 315 mil. Outra novidade é a Brinquedoteca A Arte de Brincar. Através desta iniciativa serão doadas 14 brinquedotecas para a região, destinadas para crianças de 6 a 12 anos. Cada estrutura contém 129 livros, 40 brinquedos educativos e também serão realizadas quatro oficinas infantis em cada localidade. O aporte foi R$ 288 mil. A Renovias também patrocinou a Banda Lyra Mojimiriana, que oferece 350 vagas para jovens a adultos, com programa de banda e coral. O repasse foi de R$ 176 mil. Outro projeto que recebeu recursos pela Lei Rouanet foi o CEBE em Cena, que consiste na formação artística de jovens através do teatro. O projeto é desenvolvido pelo Centro de Educação e Integração Social Benjamin Quintino da Silva de Mogi Mirim. O aporte foi de R$ 100 mil. Através da Lei de Incentivo ao Esporte, a concessionária realizou aporte para etapa da Corrida do Verde, promovida pela Associação Paraolímpica de Campinas, no valor de R$ 280 mil. Com a Campanha Ecolacre, a concessionária terminou 2017 totalizando a entrega de 505 cadeiras de rodas para entidades de diversas regiões. Foram 105 unidades doadas durante o ano, todas viabilizadas através da troca por lacres de latas alumínio. Também foram desenvolvidas ações de voluntariado, como pintura e implantação de horta e jardim no Lar Emanoel, entidade de Mogi Mirim que abriga pessoas da terceira idade. Durante o ano foram realizadas ainda campanhas para arrecadação de agasalhos, alimentos e brinquedos destinados às entidades. A empresa conquistou em 2017 importantes reconhecimentos. A Renovias foi eleita campeã do setor de Transportes e Logística pelo Anuário Valor 1000, produzido pela equipe de profissionais do Valor Econômico. A concessionária também ficou em primeiro lugar na Categoria Melhorias nas Rodovias no Prêmio conferido pela Artesp. Outro importante resultado foi ter conquistando a segunda colocação na Categoria Escolha do Usuário. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.735	16.689
Aplicações financeiras	6	32.900	-
Contas a receber	7	20.986	20.053
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	11.366	233
Tributos a recuperar		436	646
Despesas antecipadas e outras		4.380	3.747
Total do ativo circulante		77.803	41.368
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	51.512	53.120
Depósitos judiciais e outros		583	730
		52.095	53.850
Imobilizado	11	20.333	21.885
Intangível	12	247.450	293.323
Total do ativo não circulante		319.878	369.058
Total do ativo		397.681	410.426

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Debêntures	13	31.987	30.989
Fornecedores		6.534	7.028
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	183	181
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	16d	-	921
Obrigações sociais e trabalhistas		7.008	4.225
Impostos e contribuições a recolher		3.819	3.644
Impostos e contribuições parcelados		983	932
Imposto de renda e contribuição social		32.492	29.741
Provisão de manutenção	15	8.607	33.202
Outras contas a pagar		67	442
Total do passivo circulante		91.680	111.305
Não circulante			
Debêntures	13	74.602	2.566
Impostos e contribuições parcelados		3.272	4.032
Tributos diferidos	8b	28.794	25.638
Provisão para riscos civeís, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	3.246	2.694
Outras contas a pagar		123	-
Total do passivo não circulante		110.037	34.930
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	75.000	75.000
Reserva de lucros		120.964	189.191
		195.964	264.191
Total do passivo e patrimônio líquido		397.681	410.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.000	15.000	60.000	92.857	-	242.857
Distribuição de dividendos em 12 de maio de 2016	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Distribuição de dividendos em 28 de junho de 2016	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Distribuição de dividendos em 27 de outubro de 2016	-	-	(22.143)	(37.857)	-	(60.000)
Distribuição de dividendos em 12 de dezembro de 2016	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	152.255	152.255
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(921)	(921)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	114.191	(114.191)	-
Reserva de retenção de lucros			37.143		(37.143)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	75.000	15.000	60.000	114.191	-	264.191
Distribuição de dividendos em 24 de março de 2017	-	-	-	(34.079)	-	(34.079)
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2017	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Distribuição de dividendos em 12 de maio de 2017	-	-	-	(20.000)		(20.000)
Distribuição de dividendos em 04 de julho de 2017	-	-	(60.000)	(45.112)		(105.112)
Lucro do exercício	-	-	-	-	165.964	165.964
Destinações:						
Distribuição de dividendos em 18 de outubro de 2017	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Divendo adicional proposto	-	-		45.964	(45.964)	-
Reserva de retenção de lucros			60.000		(60.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	75.000	15.000	60.000	45.964	-	195.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	17	394.079	372.261
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(1.753)	(2.347)
Serviços		(15.912)	(16.629)
Custo da outorga		(38.388)	(36.683)
Receita de Termo Aditivo Modificativo	1	48.355	45.452
Depreciação e amortização	11 e 12	(53.918)	(50.541)
Custo com pessoal		(29.626)	(25.747)
Provisão de manutenção	15	(8.914)	(10.809)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.504)	(7.929)
Outros		(4.063)	(3.907)
		(130.159)	(109.140)
Lucro bruto		281.356	263.121
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(10.740)	(11.293)
Serviços		(6.405)	(5.999)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.296)	(764)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.352)	(1.652)
Outros		(5.675)	(4.900)
		(25.468)	(24.608)
Outros resultados operacionais		125	103
Resultado antes do resultado financeiro		256.013	238.616
Resultado financeiro	18	(7.218)	(10.385)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		248.795	228.231
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(82.831)	(75.976)
Lucro líquido do exercício		165.964	152.255
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R$)	16e	2,21285	2,03007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**165.964**	**152.255**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.156	1.734
Depreciação e amortização	55.270	52.193
Baixa do ativo imobilizado e intangível	22	62
Capitalização de custo de empréstimos	(511)	(276)
Juros e variação monetária sobre debêntures	7.142	7.839
Constituição da provisão de manutenção	8.914	10.809
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.987	4.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	37
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	4.076	513
Juros sobre impostos parcelados	253	416
	80.320	**78.065**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(944)	(19.032)
Contas a receber - partes relacionadas	-	19.488
Tributos a recuperar	210	(646)
Pagamento antecipado relacionado à concessão	(9.525)	(8.481)
Despesas antecipadas e outras	(486)	1.359
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(494)	4.910
Fornecedores - partes relacionadas	2	34
Obrigações sociais e trabalhistas	2.783	(285)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão imposto de renda e contribuição social	104.951	32.928
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(102.987)	(16.320)
Realização da provisão de manutenção	(35.496)	(32.231)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(3.524)	(1.260)
Outras contas a pagar	(252)	437
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**200.522**	**211.221**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.636)	(7.644)
Adições ao ativo intangível	(1.720)	(2.349)
Aplicações financeiras	32.900	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(40.256)**	**(9.993)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	98.814	-
Pagamento de principal	(30.811)	(49.756)
Pagamento de juros	(2.111)	(7.984)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas controladores	(235.112)	(133.149)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(169.220)**	**(190.889)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(8.954)**	**10.339**
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.689	6.350
No final do exercício	7.735	16.689
	(8.954)	**10.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	165.964	152.255
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	165.964	152.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. **Contexto operacional**

A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998, com o prazo 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 50 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. ***Bens reversíveis:*** Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Outras informações relevantes: Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 13/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo n° 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob segredo de justiça. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. Em 14 de março de 2017, a Renovias apresentou alegações finais. Em 18 de julho de 2017 foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias. Em 02 de agosto de 2017, a Renovias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 29 de agosto de 2017. O Estado de São Paulo e a ARTESP também apresentaram embargos de declaração, em 10 de agosto de 2017, os quais foram acolhidos, em 29 de agosto de 2017, para corrigir pequeno erro material. Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo TJSP. A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014 foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação. O Estado de São Paulo e a ARTESP, em 29 de abril de 2015, também interpuseram recurso de apelação. Os recursos aguardam julgamento. **Reajuste Tarifário de 2013:** Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, a Renovias, em 15 de dezembro de 2017, propôs Ação de Procedimento Ordinário n° 1060269-33.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. A ação encontra-se em fase de instrução. **Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e Renovias Concessionária S.A. (Renovias) – Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA). Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio da tarifa reajustada e efetivamente cobrada pela concessionária e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. Ante a demora da ARTESP para instaurar e implementar o primeiro de tais processos administrativos tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Renovias, em 12 de maio de 2017, ajuizou Ação de Procedimento Ordinário nº 1018929-12.2017.8.26.0053, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. A ação encontra-se em fase de instrução. Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos. **Termo Aditivo Modificativo n° 9:** Referido TAM trata da incorporação do trecho entre os municípios de Mogi-Guaçu, Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista, na Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (SP-342), do km 171+500 ao km 224+030, ao Lote 11 incluindo a instalação de praça de pedágio no km 191+890 (Espírito Santo do Pinhal). O reequilíbrio dos investimentos realizados com a incorporação está sendo através do desconto do pagamento do ônus fixo da seguinte forma: 36 parcelas de 60% do ônus (R$ 365 que se realizaram no período de janeiro de 2005 até dezembro de 2007 e 123 parcelas de 24,9% do ônus (R$ 151) que estão se realizando no período de janeiro 2008 até março de 2018 (corrigidos anualmente pelo IGP-M), nas mesmas condições da parcela fixa do ônus). **Termo Aditivo Modificativo n° 20:** Referido TAM trata da implantação do projeto ponto a ponto na SP-340. A diferença entre a receita de pedágio (desconto concedido de 50% da tarifa para os usuários que realizaram a opção pelo sistema) será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Havendo diferença na receita esta será apurada mensalmente e será reconhecida anualmente. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro será realizado a cada 2 anos, considerando os montantes de desequilíbrio apurados anualmente. Como o reequilíbrio está sendo à favor da concessionária, as partes acordaram que a modalidade de recomposição será desconto de ônus fixo e variável, conforme Item 5.8 da Cláusula 5º.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Receitas de serviços:*** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. ***b) Instrumentos financeiros:*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Capital Social – Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***c) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. ***e) Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***f) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "o". ***g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. ***h) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***i) Provisão de manutenção - contratos de concessão:*** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. ***j) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. ***k) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***l) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. ***m) Resultado por ação:*** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. ***n) Direito da concessão:*** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. ***o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego

continua

estimada como base para a amortização. ***p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas:*** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo. **IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes:** A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas. A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado. **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. • Classificação - Ativos Financeiros: O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos. • Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros. • Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito. • Classificação - Passivos Financeiros: O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e – O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures. Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; - ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
15	Provisão de manutenção
19	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos; (2) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 19 e 20. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	32.514	49.998	25.000
Fornecedores e outras contas a pagar	6.601	123	-
Fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas	183	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 13.877 (em 2016 capital circulante líquido negativo de R$ 69.937) substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 15, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa	2017	2016
Caixa e bancos	1.988	1.938
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	5.747	14.751
	7.735	16.689
Aplicações financeiras	32.900	-
Fundos de investimentos	32.900	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,41% do CDI, equivalente a 9,73% ao ano (13,91% ao ano, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a Receber

Circulante	2017	2016
Pedágio eletrônico (a)	20.606	19.622
Receitas acessórias (b)	428	428
Outros	-	40
	21.034	20.090
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(48)	(37)
	20.986	20.053

Idade de vencimento dos títulos	2017	2016
Créditos a vencer	20.966	20.044
Créditos vencidos até 60 dias	16	9
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	4
Créditos vencidos há mais de 181 dias	48	33
	21.034	20.090

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	248.795	228.231
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(84.590)	(77.599)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.825	2.403
Despesas indedutíveis	(742)	(537)
Despesas com brindes e associações de classe	-	(69)
Despesa de participação nos resultados (PLR)	(342)	(184)
Outros ajustes tributários	18	10
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(82.831)	(75.976)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(79.675)	(74.242)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.156)	(1.734)
	(82.831)	(75.976)
Alíquota efetiva de impostos	33%	33%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	2016
Efeito ativo		**Reclassificado (*)**
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	8.860	13.920
Constituição da provisão de manutenção	2.930	11.289
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.104	916
Provisão para Participações no Resultado (PLR)	784	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	14
	13.694	26.139
Efeito passivo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(42.488)	(51.777)
	(42.488)	(51.777)
Passivo diferido líquido	(28.794)	(25.638)

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Circulante	233	233	11.133	-	11.366	233
	Início da concessão (1)		**Extensão do prazo da concessão (2)**		**Total**	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Não Circulante	796	1.029	50.716	52.091	51.512	53.120

(1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas:

	2017			
	Transações			Saldos
				Passivo
	Serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Receitas Brutas	Fornecedores e contas a pagar
Controladora em conjunto				
CCR	2.043 (a)	-	-	161 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	273 (b)	-	-	22 (b)
SAMM	-	-	630 (c)	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				183
Total, 31 de dezembro de 2017	2.316	-	630	183
Total, 31 de dezembro de 2016	2.210	922	575	181

Despesas com profissionais chave da administração	2017	2016
Remuneração (d):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	901	1.391
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	737	-
Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	632	737
Previdência privada	44	46
Seguro de vida	2	3
	2.316	2.177

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração	2017	2016
Remuneração dos administradores (d)	826	85

Na AGO realizada em 28 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.654, a qual não inclui os encargos sociais. Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima: (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua,

continua

cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada, com prazo contratual até maio de 2019 (60 meses contados a partir da data de assinatura do contrato), com vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas; e (d) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registrados no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.130	-	(22)	48	1.156
Máquinas e equipamentos	8.120	-	(85)	6.521	14.556
Veículos	5.421	-	-	240	5.661
Equipamentos operacionais	36.210	-	(38)	1.320	37.492
Instalações e edificações	598	-	-	-	598
Imobilizações em andamento	5.113	6.037	-	(9.135)	2.015
	56.592	6.037	(145)	(1.006)	61.478

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 401 em 2017 (R$ 159 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 4,80% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 14,27% a.a. em 2016.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016	2017			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(661)	(106)	14	(18)	(771)
Máquinas e equipamentos	10	(6.377)	(2.181)	76	(590)	(9.072)
Veículos	33	(3.808)	(1.971)	-	-	(5.779)
Equipamentos operacionais	13	(23.457)	(2.174)	33	534	(25.064)
Instalações e edificações	10	(404)	(55)	-	-	(459)
		(34.707)	(6.487)	123	(74)	(41.145)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

	2016	2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	625.271	1.830	(43)	627.058
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.106	-	1.049	13.155
	637.377	1.830	1.006	640.213

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 110 em 2017 (R$ 117 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 4,80% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 14,27% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016	2017		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(334.676)	(47.629)	23	(382.282)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.378)	(1.154)	51	(10.481)
		(344.054)	(48.783)	74	(392.763)

(*) Amortização pela curva do benefício econômico. (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2017	Vencimento Final	2017	2016
2ª Emissão - Série única	113,60% do CDI	0,1894% (a)	284	-	Janeiro de 2018	2.574	33.555 (b)
3ª Emissão - Série única	121% do CDI	0,5319% (a)	1.186	923	Junho de 2020	104.015	-
				923		106.589	33.555

	2017	2016
Circulante		
Debêntures	32.514	31.025
Custos de transação	(527)	(36)
	31.987	30.989
Não Circulante		
Debêntures	74.998	2.566
Custos de transação	(396)	-
	74.602	2.566

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. **Garantias:** (b) Há previsão de fiança corporativa não solidária da CCR S.A. na proporção de 40% e da Encalso Construções Ltda na proporção de 60%, no caso exclusivo de ocorrência da Condição Suspensiva, ou seja, se ocorrer o advento do termo contratual do Contrato de Concessão, em data anterior à Data de Vencimento, como consequência de decisão judicial transitado em julgado proferida no âmbito de quaisquer das ações especificadas na Escritura, que foram movidas pelo Estado de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") contra a Emissora. Sendo assim, as Debêntures continuarão vigentes até a Data de Vencimento e contarão com Garantia fidejussória adicional representada pela fiança outorgada da CCR S.A. e Encalso Construções S.A.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2017
2019	49.998
2020	25.000
	74.998

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 30 de junho de 2017, a Companhia emitiu 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, de valor nominal unitário de R$1, sendo o valor total de emissão de R$ 100.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 121,00% do CDI, com vencimento em 30 de junho de 2020 e os juros remuneratórios pagos semestralmente no dia 30 de cada mês de junho e dezembro até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 30 de dezembro de 2017 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 4 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 30 de dezembro de 2018 e a última em seu vencimento. As debêntures poderão ter amortização extraordinária parcial facultativa e resgate antecipado total facultativo a qualquer momento mediante pagamento de prêmio descrito na escritura de emissão. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) contratação de novas dívidas que levem individualmente ou em conjunto o índice Dívida Líquida / EBITDA Ajustado a um valor superior a 3,5 e (ii) distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela emissora em valor superior ao mínimo legal, caso (i) a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal ou juros; ou (ii) se a razão entre a Dívida Líquida e EBITDA for superior a 3,5. Não existem cláusulas de repactuação. Há previsão de fiança corporativa não solidária da CCR S.A. na proporção de 40% e da Encalso Construções Ltda na proporção de 60%, no caso exclusivo de ocorrência da Condição Suspensiva, ou seja, se ocorrer o advento do termo contratual do Contrato de Concessão, em data anterior à Data de Vencimento, como consequência de decisão judicial transitado em julgado proferida no âmbito de quaisquer das ações especificadas na Escritura, que foram movidas pelo Estado de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") contra a Emissora. Sendo assim, as Debêntures continuarão vigentes até a Data de Vencimento e contarão com Garantia fidejussória adicional representada pela fiança outorgada da CCR S.A. e Encalso Construções S/A.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016	2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	757	2.680	(776)	(1.338)	441	1.764
Trabalhistas e previdenciários	1.933	1.165	(646)	(1.149)	175	1.478
Tributários	4	-	-	-	-	4
	2.694	3.845	(1.422)	(2.487)	616	3.246

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordo para pagamentos de processos administrativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nas esferas trabalhista e cível, respectivamente nos montantes de R$ 84 e R$ 953 (R$ 140 e R$ 603, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016). A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativo	2.214	3.102
Trabalhistas e previdenciários	647	757
	2.861	3.859

15. Provisão de manutenção

	2016	2017			
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	33.202	8.914	1.987	(35.496)	8.607
	33.202	8.914	1.987	(35.496)	8.607

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 75.000, composto por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2017				2016			
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Encalso Construções Ltda.	10,20%	7.650	2.550.000	5.100.000	10,20%	7.650	2.550.000	5.100.000
Encalso Participações em Concessões S.A.	49,80%	37.350	12.450.000	24.900.000	49,80%	37.350	12.450.000	24.900.000
Companhia de Participações em Concessões	40,00%	30.000	10.000.000	20.000.000	40,00%	30.000	10.000.000	20.000.000
	100,00%	75.000	25.000.000	50.000.000	100,00%	75.000	25.000.000	50.000.000

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 24 de março de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R$ 35.000, sendo R$ 34.079 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2016 e R$ 921 de dividendos mínimo obrigatório, pagos em 24 de março de 2017. Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R$ 15.000 à conta do saldo de dividendo adicional proposto do exercício de 2016, pagos em 28 de abril de 2017. Em 12 de maio de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R$ 20.000, sendo R$ 8.000 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2016, pagos em 12 de maio de 2017 e R$ 12.000 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2016, pagos em 26 de maio de 2017. Em 04 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R$ 105.112, sendo R$ 15.000 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2016, pagos em 04 de julho de 2017, R$ 30.112 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2016, pagos em 07 de julho de 2017 e R$ 60.000 correspondente ao saldo da reserva de retenção de lucros, pagos em 07 de julho de 2017. Em 18 de outubro de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R$ 60.000 à conta de dividendos intermediários do exercício de 2017, pagos em 23 de outubro de 2017.

	2017
Lucro líquido do exercício	165.964
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro liquido ajustado	165.964
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	41.491
Total de dividendos pagos	60.000
Dividendo adicional proposto	45.964

e. Lucro por ação básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do período	165.964	152.255
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	25.000.000	25.000.000
Média ponderada de ações preferenciais	50.000.000	50.000.000
Média ponderada total de ações	75.000.000	75.000.000
Lucro por ação - básico e diluído	2,2129	2,0301

17. Receitas

	2017	2016
Receitas de pedágio	421.783	398.492
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.753	2.347
Receitas acessórias e reequilíbrio	10.472	9.060
Receita bruta	434.008	409.899
Impostos sobre receitas	(39.929)	(37.638)
Deduções da receita bruta	(39.929)	(37.638)
Receita líquida	394.079	372.261

18. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(7.142)	(7.765)
Variação monetária sobre debêntures	-	(74)
Juros sobre impostos parcelados	(253)	(416)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.987)	(4.738)
Capitalização de custos dos empréstimos	511	276
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(399)	(814)
	(9.270)	(13.531)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	2.028	2.977
Juros e outras receitas financeiras	24	169
	2.052	3.146
Resultado financeiro líquido	(7.218)	(10.385)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	38.647	-	-	14.751	-	-
Contas a receber	-	20.986	-	-	20.053	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(106.589)	-	-	(33.555)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.724)	-	-	(7.470)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(183)	-	-	(181)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(921)
	38.647	20.986	(113.496)	14.751	20.053	(42.127)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: · **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos. · **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar -** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. · **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	107.512	110.165	33.591	33.857

(a) Valores contábeis estão brutos do custo de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	38.647	14.751

· Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; · Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e · Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

continua

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamento e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de.

cada operação, o que ocorrer primeiro

				Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Exposição em R$ (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do CDI	Janeiro de 2018	2.574	(8)	(10)	(11)
Debêntures - 3ª Emissão	Aumento do CDI	Junho de 2020	104.938	(8.701)	(10.894)	(13.094)
Aplicação Financeira (Itaú Corp DI)	Diminuição do CDI (3)			2.558	3.197	3.836
Total do efeito de ganho ou (perda)				(6.151)	(7.707)	(9.269)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			6,89%	8,61%	10,34%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2017 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente: **Outorga fixa:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Outorga fixa	8.438	42.577	8.370	41.196

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2017, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2018	8.438	8.370
	8.438	8.370

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 33.492 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R$ 31.573 no exercício de 2016). **Outorga variável:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. No decorrer do exercício de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 14.421 através de encontro de contas financeiras (R$ 13.592 no exercício de 2016). ***b. Compromissos relativos às concessões:*** A Companhia assumiu compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	2017	**2016**
Compromisso de investimento	12.564	54.354

21. Demonstração do fluxo de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

22. Reconciliação das Atividades de Financiamento

	Debêntures	**Dividendos a pagar**	**Total**
Saldo Inicial	(33.555)	(921)	(34.476)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(98.814)	-	(98.814)
Pagamentos de principal e juros	32.922	-	32.922
Dividendos pagos	-	235.112	235.112
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(65.892)	235.112	169.220
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(7.142)	-	(7.142)
Outras variações que não afetam caixa	-	(234.191)	(234.191)
Total das outras variações	(7.142)	(234.191)	(241.333)
Saldo Final	(106.589)	-	(106.589)

Composição do Conselho da Administração

Anwar Damha	Presidente
Marco Aurélio Eugênio Damha	Membro Titular
Ítalo Roppa	Membro Titular
Maria Stella Eugênio Damha	Membro Titular
Fábio Russo Corrêa	Membro Titular
Mário Múcio Eugênio Damha	Membro Suplente
Maria Mônica Damha Athia	Membro Suplente
Christiano Aquilles Gramlich das Neves	Membro Suplente
Alberto Bagdade	Membro Suplente
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro Suplente

Composição da Diretoria

Rogerio Cezar Bahú	Diretor Presidente
Alberto Bagdade	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva	CRC 1SP129452/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Renovias Concessionária S.A. Mogi Mirim – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Renovias Concessionária S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contingências passivas:** Conforme notas explicativas nº **1 e 14** a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras comparativas da Renovias Concessionária S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7